

Índios, fazendeiros e lavradores em clima de guerra no sul da Bahia

MEMÉLIA MOREIRA

Enviada especial a Pau Brasil (BA)

As cidades de Pau Brasil e Camaca, no sul da Bahia, estão vivendo clima de tensão permanente. Qualquer discussão em um dos inúmeros bares de Pau Brasil pode desencadear um enfrentamento. Fazendeiros, agricultores e índios do grupo Pataxó Há-Há-Hã disputam 36 mil hectares de terras férteis, excelentes para o cultivo do cacau.

Fazendeiros e agricultores, aliados nesse conflito, reclamam dizendo que os Pataxós não são índios, que foram levados pela Funai para a fazenda São Lucas em caminhões, acompanhados pela Polícia Federal e, usando conhecidas expressões racistas, classificam os Pataxós de "preguiçosos, indolentes". São cerca de 400 pessoas dispostas a "pegar em todas as armas para defender as terras que ocupam desde o final da década de 40, quando o extinto Serviço de Proteção aos Índios arrendou a reserva Caramuru-Paraguaçu para cacauzeiros.

Os índios, em torno de 800, reclamam dizendo que os 36 mil hectares são terras suas. Por enquanto eles ocupam apenas 1.200 hectares, a fazenda São Lucas. Não há água nessa terra e os índios não podem sair da área sob pena de sofrerem atentados. Falta comida e as crianças morrem de disenteria provocada pela água salobra das cacimbas. Nos últimos dois meses morreram cinco crianças que ainda não haviam completado um ano. Falta principalmente espaço para os índios. Eles não aceitam qualquer negociação ou mudança de área. "Nós queremos nossos 36 mil hectares, nem um dedo a mais", disse o cacique Nelson Saracura aos parlamentares que esta semana visitaram Pau Brasil.

Visita

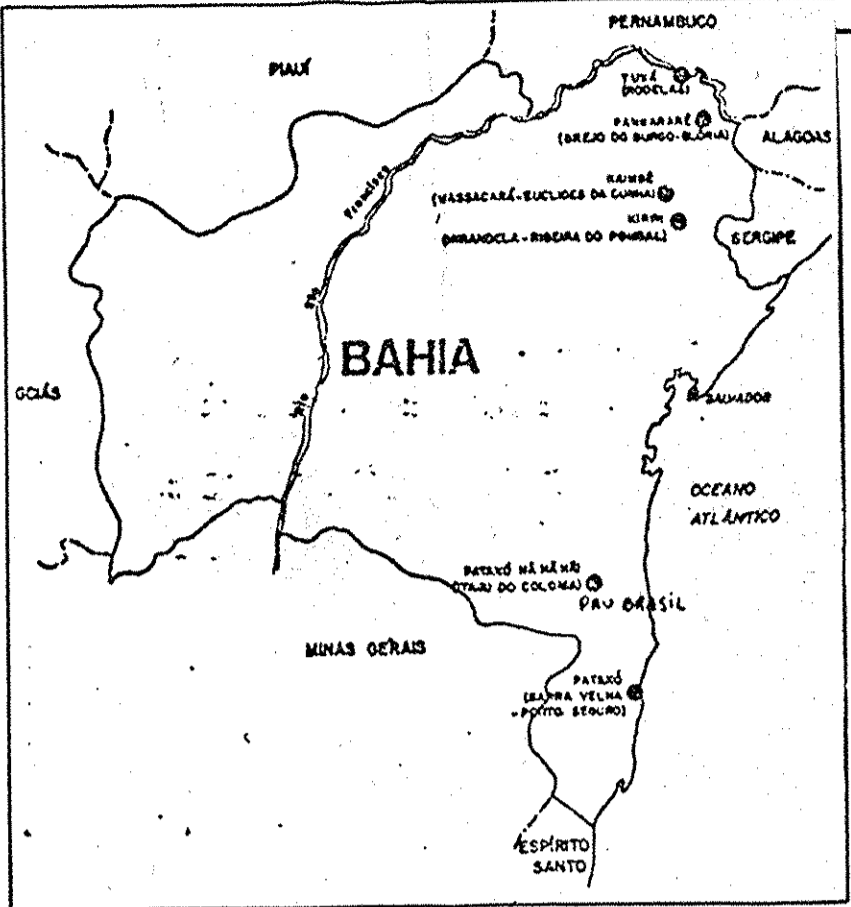
Para analisar a situação, a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados visitou, no início da semana, a área de conflito. Os deputados Márcio Santilli, Domingos Leonelli, Haroldo Lima, Jorge Viana e Gilson de Barros, do PMDB, e Alcides Lima, do PDS, ouviram o depoimento das lideranças indígenas e, em seguida, no sindicato rural patronal, ouviram fazendeiros e agricultores.

No início da visita, um incidente: o deputado Jorge Viana, do PMDB baiano, insistiu em levar quatro convidados seus. Esses foram identificados pelos índios como sendo fazendeiros e o cacique Saracura os expulsou da área antes da reunião.

"Esses fazendeiros — disse Saracura — querem só ver quem é índio e depois, quando um de nós chegar na cidade, eles apontam a gente na rua e ninguém pode comprar nada, vender nada. O desabafo de Saracura demonstra o clima de tensão existente entre os dois grupos. Na cidade de Pau Brasil, com dez mil habitantes, a discriminação chega a tal ponto que os pataxós doentes não podem se hospitalizar. O mesmo acontece em Camaca.

Durante o encontro com os parlamentares, o líder Desdério, de 66 anos, uma das testemunhas da expulsão dos pataxós da reserva Caramuru-Paraguaçu entre os anos de 1949-51, desabafou: "Do jeito que estamos aqui, não dá. A terra é pouca. Não tem água. Estamos sufocados. A terra está abatida por fazendeiro. A gente tem que fazer tudo na enxada e depois, quando não sai produção, dizem que índio é preguiçoso."

A 1.500 metros do limite da fazenda



As terras localizam-se em região excelente para o cultivo do cacau

Litígio por terra dura mais de um ano

PAU BRASIL (Da enviada especial) — O litígio entre os pataxós e os fazendeiros dura mais de um ano. Tudo começou em abril de 82, quando a Funai levou os índios para a área da fazenda São Lucas, de Jener Pereira Rocha. Em junho, os fazendeiros foram recebidos pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, e ameaçaram retirar o apoio econômico ao PDS caso os índios permanecessem na área. Em outubro, a Funai transferiu os índios para a fazenda Almada, uma estação experimental da Ceplac. Os índios voltaram para São Lucas em dezembro e o conflito se intensificou.

Enquanto os índios perambulavam de uma fazenda para outra, a Funai entrou com interdito proibitório contra Jener Pereira Rocha. Ele é conhecido na Bahia por ter grilado 140 mil hectares de terra em todo o Estado, de acordo com a CPI da terra da Assembleia Legislativa da Bahia.

Nesses 20 meses, os pataxós experi-

mentaram até mesmo divisão interna no grupo, quando Higino matou o cacique Edísio, numa discussão sobre os limites da reserva. Depois disso, houve nova tentativa de ocupação de uma fazenda vizinha, a Providência. Os índios foram retirados de lá numa operação policial que revoltou o deputado Mário Juruna. O deputado fez então um discurso criticando todas as autoridades e quase perde o mandato.

A Funai mantém agentes da Polícia Federal na área, mas não consegue impedir as discriminações sofridas pelos índios. Além disso, o órgão tutor está processando os fazendeiros e agricultores que receberam títulos de proprietários das terras indígenas, durante o governo de Roberto Santos. E os dois grupos apelam junto à Justiça federal, através do jurista Josaphat Marinho, que, na sua defesa, argumenta dizendo que os pataxós não são índios.

corre um rio. E os índios não podem chegar lá. "A gente fica olhando a cerca, a água, a terra nossa que tem muita água e nós aqui morrendo de sede, de fome", diz Zeferino, outro líder. Sua reclamação é repetida pelos demais líderes e pelas mulheres.

A reunião entre índios e deputados durou duas horas e, no final, as mulheres fizeram um apelo: que a Funai mande "pelo menos um plástico" para cobrir as barracas de lona que foram doadas pelo BNH no ano passado, quando os pataxós ficaram na fazenda Almada e que hoje estão cheias de buracos. "matando as crianças de gripe com a friagem".

No sindicato

No sindicato de Pau Brasil, mais de mil pessoas esperavam os deputados. Comprimidos numa sala e espalhados no meio da rua, agricultores e fazen-

deiros esperavam apoio da Comissão do Índio. Ouviram discursos como o de Jorge Viana, culpando "a ditadura que há 20 anos se instalou e tira com metralhadoras as pessoas da terra". Ele foi aplaudido, mas o público queria uma decisão. Sucederam-se discursos contra a ditadura, provocando reclamações do público: "Esse pessoal de Brasília é coluna do meio. Ninguém se define", dizia um agricultor exaltado.

A definição foi uma proposta. Os deputados Domingos Leonelli e Márcio Santilli sugeriram acordo entre as partes. Leonelli acredita ser impossível garantir 36 mil hectares para os índios e acha que os fazendeiros podem ceder um pouco. Santilli quer saber em que condições os pataxós foram levados para a fazenda São Lucas. Os dois foram vaiados pelos brancos que, durante o discurso de Leonelli, ameaçavam: "Se perdermos a terra vamos pegar em todas as armas."

Funai não obtém acordo em GO

Do correspondente em Goiânia

Não houve acordo até agora entre a direção da Funai e os 400 índios que ocupam a sede da Ajudância do órgão em Araguaína desde segunda-feira. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Ferreira Lima, esteve no local e conversou com os 23 caciques que lideram o movimento mas se recusou a atender suas reivindicações.

O cacique Abrão Silva, porta-voz do movimento, informou que eles só sairão da Ajudância quando forem atendidos, mesmo que isto custe o fechamento do órgão no Norte de Goiás. As conversações duraram mais de duas horas e Otávio deixou o prédio sem dar qualquer entrevista.

Reivindicações

Os índios exigem da Funai a imediata demarcação das reservas Apinajé e Xerente em Goiás, a suspensão do projeto de construção de uma barragem que vai inundar a metade da aldeia Carajá em Xambioá, retirada de Araguaína de alguns funcionários que não atendem os índios, manutenção no cargo do ex-chefe da Ajudância, Antônio João de Jesus, e o afastamento imediato do novo chefe, Wilker Célio da Silva, a quem os índios chamam de corrupto.

Depois de um diálogo rispido com os caciques, Otávio disse que não vai revogar as portarias que alteram a chefia do órgão. As negociações foram encerradas e Otávio tomou um avião que o levou de volta a Brasília. Apesar de não contar com o apoio de todos os caciques, Abrão quer agora o fechamento da Ajudância, já que ele não permite seu funcionamento com o novo chefe.

Retorno

As previsões são de que os índios acabem retornando a suas aldeias. Os mantimentos disponíveis na Funai acabaram na quarta-feira. Devido à aquisição de gêneros alimentícios a crédito e doações, os índios têm somente até hoje.

Mesmo que eles retornem às aldeias, o impasse não será resolvido. Desde que eles retiraram Wilker à força da Ajudância na quarta-feira, ele não foi mais visto na região de

Araguaina. Os caciques acham que ele se escondeu ou retornou ao Nordeste, onde chefiava um posto, e que pretende voltar quando a situação estiver mais calma. Comenta-se em Araguaína, a 1.200 quilômetros de Goiânia, que, se ele retornar, os índios tomarão o prédio novamente e as consequências poderão ser piores. Esta é a opinião das pessoas que acompanharam de perto a tomada do órgão e, as negociações com o secretário da Segurança Pública, José Freire, e com o presidente da Funai, Otávio Lima.

A principal acusação dos índios contra Wilker está baseada na denúncia feita pelos integrantes da CPI do índio de que ele teria vendido terras indígenas no Acre e desviado dinheiro para a construção de uma casa na Paraíba. Por outro lado, eles alegam que Antônio João de Jesus tem agido corretamente na administração da Ajudância e na defesa de seus interesses.

Na reserva Apinajé, onde os índios não concordam com a demarcação feita na área, posseiros e grileiros aceleraram o processo de ocupação das terras reivindicadas pelos índios a fim de garantir o direito de posse, já que o Banco Mundial exige a demarcação e criação de todo um serviço de infra-estrutura na área para liberar os recursos necessários à implantação do Projeto Carajás.

Providências

Em Brasília, os deputados Aldo Arantes (PMDB-GO) e Mário Juruna (PDT-RJ) tentaram sexta-feira conversar com o presidente da Funai a fim de resolver o impasse. Eles querem também uma solução para o assassinato do cacique Marçal de Souza, ocorrido na semana passada em Cuiabá. Dependendo da posição da Funai em relação aos dois casos, poderão aderir ao movimento de Araguaína os índios Xavantes de Mato Grosso, parentes dos Xerentes de Goiás.

Este é o terceiro levante de índios em Goiás em menos de dois anos. O primeiro aconteceu no início do ano passado, quando os índios Krahô prenderam e espancaram funcionários da Funai e agentes da Polícia Federal que invadiram a reserva armados.